## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

## REQUERIMENTO N°, DE 2021

(Do Sr. HILDO ROCHA)

Requer a realização de audiência pública para discutir o contrato de operacionalização pelo Instituto Nordeste Cidadania dos programas de microcréditos do Banco do Nordeste.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro a Vossa Excelência convido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, as seguintes pessoas para discutir o contrato de operacionalização dos programas de microcréditos:

- Representante do Banco do Nordeste do Brasil (BNB);
- Representante do Instituto Nordeste Cidadania (INEC);
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU) e
- Representante da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

## **JUSTIFICAÇÃO**

Denúncias veiculadas nos últimos dias apontam que a Organização Social (OSCIP) denominada INEC (Instituto Nordeste Cidadania)





detém o monopólio completo na operacionalização dos dois grandes programas de microcréditos oferecidos pelo banco: "Crediamigo" voltado para as áreas urbanas e o "Agroamigo", que atua na área rural.

A parceria da OSCIP como BNB vem desde 2003 e trata-se de uma terceirização dos serviços de ofertas de microcrédito do Banco do Nordeste.

Segundo as denúncias, não houve concorrência pública e nem foi disponibilizada a abertura para que outras entidades disputassem o direito de prestar o serviço.

Somente em junho de 2018, o Banco do Nordeste repassou R\$ 669,2 milhões para o INEC administrar o Crediamigo e R\$ 216,6 milhões na gestão do Agroamigo.

Neste sentido, levando em consideração as competências fiscalizatórias desta Comissão e a gravidade dos acontecimentos relatados, peço a aprovação deste Requerimento de Audiência Pública, a fim de debater o tema no âmbito deste Colegiado.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2021.

Deputado Hildo Rocha MDB/MA



